

responsabilidade:

- II - não compor a lista de bens e direitos do Administrador para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial, nem sendo passíveis de execução por seus credores, por não privilegiados que sejam; e
- III - não podendo ser dados em garantia de débito de operação do Administrador.

Parágrafo 3º: Os Ativos Imobiliários a serem adquiridos pelo Fundo devem ser objeto de prévia análise pelo Administrador, pelo Consultor Imobiliário ou por terceiro independente, observados os requisitos constantes do Anexo 12 da Instrução CVM nº 47/2005.

Artigo 30 - Uma vez integralizadas as Cotas, a parcela do patrimônio do Fundo que temporariamente não estiver aplicada em Ativos Imobiliários, deverá ser aplicada em Outros Ativos.

Parágrafo Único: O Fundo pode manter parcela do seu patrimônio permanentemente aplicada em Outros Ativos, para atender a suas necessidades de liquidez.

Artigo 31 - Não existe qualquer promessa do Fundo, do Administrador ou do Consultor Imobiliário acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

Artigo 32 - A rentabilidade que o Fundo buscará atingir não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade futura aos Cotistas.

CAPÍTULO X – DOS FATORES DE RISCO

Artigo 33 - Não obstante a diligência do Administrador e do Consultor Imobiliário em colocar em prática a Política de Investimento determinada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas dos mercados, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e rejeição de oferta nos mercados de atuação. Além disso, dado que o objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização e a rentabilidade de suas Cotas por meio de investimentos em Ativos Imobiliários, os quais, por definição, são ativos que apresentam perfil de ativos entressados, o Fundo e os Cotistas estão sujeitos aos riscos jurídicos associados a essa modalidade de ativos. Mesmo que o Administrador e o Consultor Imobiliário mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há qualquer garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.

Artigo 34 - As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Consultor Imobiliário, da instituição responsável pela distribuição pública das Cotas, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou de qualquer outro mecanismo de seguro.

Parágrafo 1º: Não existe qualquer promessa do Fundo, do Administrador ou do Consultor Imobiliário acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

Parágrafo 2º: O Fundo e os Cotistas estão sujeitos a diversos fatores de riscos que incluem, sem limitação, aqueles descritos no [ANEXO 13](#) em anexo ao presente Regulamento.

CAPÍTULO XI – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 35 - A Assembleia Geral de Cotistas realiza-se 4 (quatro) vezes ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para deliberar sobre a matéria prevista no inciso V do Parágrafo 1º acima, e, extraordinariamente, sempre que convocada na forma prevista neste Capítulo.

Parágrafo 1º: Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo: